

SUMÁRIO

NOTA SOBRE A 8. ^a EDIÇÃO	7
NOTA SOBRE A 7. ^a EDIÇÃO	9
NOTA SOBRE A 6. ^a EDIÇÃO	11
NOTA SOBRE A 5. ^a EDIÇÃO	13
NOTA SOBRE A 4. ^a EDIÇÃO	15
NOTA SOBRE A 3. ^a EDIÇÃO	17
PREFÁCIO A 2. ^a EDIÇÃO	19
APRESENTAÇÃO À 1. ^a EDIÇÃO	21
1. INTRODUÇÃO	27
1.1 Liberdades públicas e processo penal	27
1.2 Crise da justiça e impunidade.....	28
1.3 O problema das provas ilícitas e das interceptações telefônicas	29
2. O DIREITO À PROVA E O DOGMA DA VERDADE REAL	31
2.1 A prova: considerações gerais	31
2.2 O princípio do contraditório.....	32
2.3 O direito à prova e a garantia de ação e de defesa.....	35
2.3.1 A jurisprudência das cortes alemãs e a afirmação do rechtliches Gehör	35
2.3.2 A corte constitucional italiana e as limitações desarrazoadas ao direito à prova.....	37
2.3.3 A jurisprudência da Corte Federal Alemã e a noção de relevância da prova	38
2.4 O direito à prova no processo penal	40
2.5 O dogma da verdade real	43

3. AS PROVAS ILÍCITAS.....	47
3.1 Conceito.....	47
3.1.1 Terminologia.....	47
3.1.2 Evolução do conceito.....	49
3.2 A teoria da proporcionalidade.....	61
3.2.1 O conceito e sua evolução.....	61
3.2.2 Crítica à teoria da proporcionalidade.....	71
3.2.3 Teoria da proporcionalidade e prova ilícita <i>pro reo</i>	73
3.3 As provas ilícitas por derivação.....	74
3.3.1 Prova emprestada.....	81
3.4 A proibição das provas ilícitas no sistema constitucional vigente.....	83
3.5 As categorias da proibição: inadmissibilidade e impedimento de utilização.....	92
3.5.1 Atipicidades e nulidades.....	93
3.5.2 Atipicidade constitucional.....	98
3.6 A inadmissibilidade das provas ilícitas no direito processual penal brasileiro.....	101
3.6.1 Provas ilícitas por derivação.....	103
3.7 Incidente para inutilização da prova ilícita declarada inadmissível.....	104
3.8 Impedimento de decidir pelo juiz que tomou conhecimento da prova ilícita.....	106
3.9 Conclusão parcial.....	107
4. INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS E GRAVAÇÕES CLANDESTINAS.....	109
4.1 Conceitos.....	111
4.1.1 Interceptação: considerações gerais.....	111
4.2 Direito comparado e ordem internacional.....	121
4.2.1 As interceptações telefônicas e a ordem internacional.....	121
4.2.2 As interceptações telefônicas no direito comparado.....	125
4.3 Direito brasileiro.....	146
4.3.1 O sistema anterior à Constituição de 1988.....	146
4.3.2 Evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	152
4.3.3 A perspectiva constitucional: questões decorrentes.....	155
4.4 Considerações finais.....	172

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI 9.296/1996 E SUAS ALTERAÇÕES	177
5.1 Escorço histórico: o contexto do advento da nova lei	177
5.2 O texto	185
5.3 Questões.....	187
5.3.1 “Interceptação” englobaria a escuta telefônica?.....	187
5.3.2 O que se deve entender por “interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza”?	191
5.4 A questão do juiz competente.....	195
5.5 Requisitos gerais para a interceptação telefônica.....	204
5.5.1 Interceptação fundada em “denúncia anônima”	206
5.6 Requisitos específicos da interceptação e quebra do princípio da proporcionalidade.....	210
5.7 A garantia contra interceptações desarrazoadas.....	212
5.7.1 Encontro fortuito de outros fatos e sua utilização como <i>notitia criminis</i>	213
5.7.2 Interceptação sobre pessoa não investigada.....	214
5.7.3 Utilização do resultado probatório em outro processo	215
5.7.4 Indevassabilidade do sigilo profissional.....	216
5.8 O crime de interceptação	242
5.9 Consequências civis da interceptação ilegal	249
6. GRAVAÇÕES CLANDESTINAS E INTERCEPTAÇÕES AMBIENTAIS	251
6.1 A polêmica sobre as gravações clandestinas e as interceptações ambientais.....	251
6.2 Gravações clandestinas no processo civil	252
6.3 Gravações clandestinas e ambientais no processo penal	254
6.4 Interceptação ambiental.....	262
6.5 Gravações e interceptações ambientais na jurisprudência do STF	272
7. PROVAS ILÍCITAS E SIGILO.....	275
7.1 Sigilo de bancos de dados	275
7.1.1 Sigilo bancário	276
7.1.2 Sigilo dos dados das ligações telefônicas	280
7.2 Correspondência eletrônica (<i>e-mail</i>)	283
7.3 <i>E-mail</i> corporativo	285

7.4	Uso de documentos sigilosos.....	287
7.5	O Marco Civil da Internet e a inviolabilidade da intimidade e do sigilo ...	288
7.6	Violação do conteúdo de mensagens sem autorização judicial	292
8.	AS PROVAS IMORAIS	295
8.1	Colocação do tema.....	295
8.2	Direito e moral.....	295
8.3	O conteúdo do art. 369 do CPC vigente.....	297
8.4	As <i>leading questions</i>	299
8.5	Inaplicabilidade do cânone da proporcionalidade às provas imorais	302
8.6	Conclusões.....	303
	BIBLIOGRAFIA.....	309